



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

LEI Nº 450/2010.

DATA: 15 de junho de 2010

SÚMULA: Regulamenta o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, definindo obrigações de pequeno valor para o Município de São José das Palmeiras e dá outras providências.

Art. 1º Fica estabelecido como de pequeno valor os débitos e obrigações judiciais, cujo montante, por beneficiário, após atualizado e especificado, for igual ou inferior a R\$ 3.830,00 (três mil, oitocentos e trinta reais).

Parágrafo Primeiro. O pagamento dos débitos judiciais apurados em processos de competência do Poder Judiciário, cujos valores se enquadrem no "caput" deste artigo serão pagos em até 60 (sessenta) dias após a requisição judicial e trânsito em julgado, sem a necessidade de precatório.

Parágrafo Segundo. É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no caput e, em parte, mediante expedição de precatório.

Parágrafo Terceiro. O valor fixado no "caput" será reajustado aplicando-se o índice do salário mínimo nacional, sempre no primeiro dia do mês de maio de cada ano.

Art. 2º Os pagamentos de valores superiores aos limites previstos no "caput" do artigo anterior continuarão a ser requisitados por intermédio de precatórios, nos termos do art. 100 da Constituição da República, aplicando-se os procedimentos estabelecidos na legislação.

Parágrafo único. O credor de importância superior aos montantes previstos no art. 1º desta Lei, poderá optar por receber seu crédito, por meio de RPV, desde que renuncie, expressamente, na forma da lei, junto ao Juízo da Execução, ao valor excedente.

17 - 04

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

1985

SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras, 15 de junho de 2010.

Nelton Brum
Prefeito Municipal